

**Resumo:** A partir de um referencial teórico arquivístico e da análise da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, o presente artigo aborda os conceitos pertinentes da Arquivologia acerca dos documentos arquivísticos permanentes, tratamento e recuperação da informação. Este estudo se pauta em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica. Para isto, foram abordados os conceitos e definições clássicos da área arquivística, da informação científica e tecnológica em saúde, a legislação e os documentos institucionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e das suas unidades técnico-científicas: Casa de Oswaldo Cruz e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

**Palavras-chave:** Arquivos permanentes; Base Arch; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Informação científica; Projeto *Memórias*.

**Abstract:** Based on an archival theoretical framework and an analysis of the Sergio Arouca National School of Public Health, this article addresses the relevant concepts of Archival Science regarding permanent archival documents, information processing, and retrieval. This study is based on a qualitative, exploratory-descriptive approach, using bibliographic research. To this end, the classic concepts and definitions of the archival field, scientific and technological information in health, legislation, and institutional documents of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) and its technical-scientific units - the Oswaldo Cruz House and the Sergio Arouca National School of Public Health - were discussed.

**Keywords:** Permanent Archives; Arch base; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Scientific information; *Memórias* Project.

## 1. Introdução

Neste artigo, apresentamos a experiência adquirida com os arquivos permanentes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), que teve seu início em outubro de 2019 no ingresso ao Projeto *Memórias* da ENSP, por parte de uma das autoras, como bolsista de apoio técnico na área de Arquivologia na Coordenação de Comunicação Institucional (CCI).

O *Memórias* da ENSP é um projeto no âmbito de atuação da Escola, coordenado pela CCI, desde 2016, com o objetivo de preservar, organizar, descrever a documentação permanente dos arquivos científicos na área da ciência, saúde e tecnologia produzidos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Ao iniciar o trabalho no projeto *Memórias*, juntamente com a equipe multidisciplinar, pensamos em maneiras de não somente realizar com rigor o tratamento técnico adequado dos documentos permanentes da Escola, mas também fomentar ações visando a divulgação

e a difusão dos acervos documentais da ENSP, intrapares, ou seja, dentro do âmbito da instituição, assim como, extrapares, para a Fiocruz como um todo.

Com isto, destacamos também como iniciativa, a Base Arch do projeto *Memórias* da ENSP, customizado a partir do AtoM (*Access to Memory*), *software* desenvolvido de acordo com normas nacionais e internacionais de descrição arquivística, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos.

Em vista disso, espera-se que este trabalho possa integrar também estas ações, e colaborar a partir de uma metodologia teórico-científica com uma abordagem arquivística, o trabalho que vem sendo realizado no projeto *Memórias* com o apoio da Direção da Escola e executado pela CCI.

A seguir, iremos apresentar os conceitos arquivísticos e demais temas relevantes, como também, o projeto *Memórias* da ENSP, os acervos documentais da Escola, e a parceria de primeira hora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fiocruz.

Os fundamentos na área arquivística trazem uma fonte segura entre teoria e prática que norteiam e dão o direcionamento necessário acerca do tratamento dos documentos na sua gestão e no controle sobre o ciclo de vida documental. Os documentos são produzidos e recebidos no decorrer das atividades de um órgão ou instituição da administração pública ou privada e são armazenados e conservados para fins administrativos, funcionais, jurídicos e legais.

A teoria das três idades é o estágio de evolução dos arquivos dentro da entidade produtora e/ou custodiadora, é a passagem dos documentos criados, *a priori*, como administrativos para a condição de históricos, possuindo um valor de guarda permanente. Esse ciclo vital dos documentos em uma organização pública ou privada compreende as etapas que se seguem.

Os arquivos correntes, também conhecidos como de primeira idade, são criados no decorrer de suas atividades, possuem valor administrativo, e por estarem ativos e serem consultados com uma certa frequência, são centralizados nos setores onde foram criados.

Os intermediários ou arquivos de segunda idade, são semiativos, pois não são consultados a todo momento e estão arquivados de forma descentralizada, não necessariamente próximo ao seu órgão produtor. Uma vez realizada a avaliação e classificação dos documentos, seu prazo de guarda, estabelecido pela tabela de temporalidade, definem-se quais serão recolhidos ao arquivo permanente e os que serão eliminados.

Os arquivos de terceira idade ou permanentes compreendem a documentação de valor secundário, onde iniciam-se seus usos científico, social e cultural dos documentos, sendo mais conhecidos como arquivos históricos de uma instituição. São de grande interesse aos pesquisadores em geral, por isso devem estar armazenados em locais de fácil localização, como salas de consulta, pois a pesquisa e o acesso devem estar disponibilizados a todos. As principais funções de um arquivo permanente são: recolhimento, custódia, preservação, organização dos fundos documentais, arranjo e descrição dos documentos.

Quando nos detemos na função arquivística de descrição, pensamos em modos de disseminar a informação, de tornar o patrimônio documental acessível e disponível para a comunidade como um todo, a serviço dos cidadãos. Nesse âmbito da custódia permanente,

as atividades do arquivista adquirem também uma vertente cultural e uma dimensão social relevante e que deve ser observada mais detidamente.

A difusão na Arquivologia ainda é algo pouco explorado, porém não podemos tratar sobre as temáticas de divulgação, disseminação da informação, vulgarização dos acervos documentais, de visibilidade dos arquivos, sem falarmos da difusão, seja ela como ação cultural, editorial ou educativa.

É importante examinarmos a difusão em relações multi, inter e transdisciplinares com outras disciplinas como a Ciência da Informação, Biblioteconomia, Tecnologia da Informação, apenas para citar algumas. A difusão, em muitas ocasiões, é vista como uma consequência natural da descrição arquivística e da elaboração de instrumentos de pesquisa, atividades estas, finalísticas de um arquivo permanente.

Vamos apresentar a Base Arch customizada e cedida pela COC, a plataforma AtoM, *software* de descrição arquivística, suas funcionalidades, assim como a utilização desta ferramenta nas atividades arquivísticas, na difusão, acesso e descrição do patrimônio documental.

Devido a isso, neste trabalho, iremos analisar a Base Arch como um *software* que contribui não apenas na descrição arquivística dos documentos, mas também na organização dos acervos, acesso e difusão das informações produzidas no projeto *Memórias* da ENSP, localizada na Fiocruz, no *Campus* Manguinhos, Rio de Janeiro.

Essa iniciativa objetiva compreender como a Base Arch viabiliza o acesso, a transparência pública do patrimônio histórico e documental da ENSP, garantindo o direito à informação, além disso, apresentar como este *software* facilita a recuperação da informação e a organização do conhecimento na área da saúde, ciência e tecnologia.

Ainda iremos tratar sobre a informação científica e tecnológica em saúde, da tríade “informação-decisão-ação”, a fim de destacar a importância em ter acesso ao dado de forma precisa para a tomada de decisão, principalmente, na área da saúde, sendo um instrumento essencial, não apenas para a recuperação da informação, mas também para o acesso à informação e aos documentos.

Quanto ao jornalismo científico, abordaremos a vulgarização dos arquivos por meio da divulgação e disseminação científica, assim como o papel central que a difusão desempenha como um ponto de ligação interdisciplinar.

Já os temas: ciência aberta, gestão de dados de pesquisa e dados abertos, iremos ressaltar a importância de uma política de dados abertos em uma instituição e o papel fundamental no acesso à informação, a relevância da *Lei de Acesso à Informação*, o decreto que a regulamenta e a sua contribuição para a transparência pública dos acervos documentais arquivísticos, principalmente na Fiocruz.

A metodologia utilizada será a qualitativa, por meio de uma análise dos centros, núcleos e departamentos organizados pelo projeto *Memórias* que se pauta em uma abordagem de caráter exploratório descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da Arquivologia, seus princípios e conceitos, além disso, os dispositivos legais vigentes. Abordaremos os documentos permanentes, arquivos científicos, o seu processo de

descrição, organização e acesso, que contribuem para a preservação dos documentos arquivísticos a longo prazo.

Esta comunicação é parte da investigação desenvolvida durante a Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde no Instituto em Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS/ICICT) na Fiocruz, em Manguinhos, no Rio de Janeiro, concluído em 2020. Esclarecemos que essa pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19, o que afetou o desenvolvimento e a condução do trabalho.

O presente artigo está estruturado nas seguintes seções: a Base Arch da ENSP e o acesso à informação; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um *locus*; Projeto *Memórias* da ENSP: um estudo; Arquivologia: breve conceituação; Informação: uma contextualização necessária; e, por último, as Considerações finais.

## **2. A Base Arch da ENSP e o acesso à informação**

O AtoM (*Access to Memory*), acrônimo para Acesso à Memória, é uma ferramenta de descrição arquivística, difusão em arquivos e acesso ao patrimônio documental arquivístico. É um *software* livre, baseado nas normas do Conselho Internacional de Arquivos, criado em formato aberto, o que permite certas liberdades para a execução, adaptação, pesquisa, aperfeiçoamento e redistribuição de cópias. Além disso, é disponibilizado via *web*, é multilíngue e distribuído de forma gratuita.

A Base Arch foi customizada pela COC, vinculada à Fiocruz, em consonância com as normas nacionais e internacionais de descrição arquivística. O sistema utilizado é o AtoM, que se encontra na versão 2.8.2 na instituição. A COC não apenas cedeu a Base Arch, como também fez a adaptação para uso específico na ENSP.

A Base Arch da ENSP é onde estão disponibilizados os acervos arquivísticos científicos que foram contemplados pelo projeto *Memórias* nos centros, núcleos e departamentos da Escola. É de fundamental importância que, após a conclusão do processo de descrição arquivística, as informações relacionadas a estes acervos sejam disponibilizadas e de conhecimento público para livre acesso por parte dos pesquisadores, professores, estudantes, da comunidade científica e acadêmica em geral, principalmente da área da saúde, ciência e tecnologia.

Devido a isso, cabe ressaltar, dois conceitos abordados por Bueno (1985): difusão e disseminação da informação. Conceitos estes complementares e que possuem uma relação de gênero-espécie, segundo o autor. No contexto do *Memórias* da ENSP, a Base Arch realiza tanto uma **difusão** para especialistas, ou seja, uma divulgação científica para um público especializado, como também, uma **disseminação** extrapares, uma vez que atravessa especialistas também fora da área e por possuir uma abordagem multidisciplinar.

Salientamos que apesar dos acervos trabalhados pelo projeto *Memórias* serem bem específicos, para receptores seletos e restritos, também poderiam ser de interesse e objeto de pesquisa de áreas afins. Visto que, descritos os acervos documentais, iniciam-se às etapas de difusão e disseminação intra e extra-instituição, a fim de integrar um plano de ações e estratégias de difusão.

Outro ponto apresentado pelo autor é destacar a função informativa realizada pelo jornalismo científico.

É importante lembrar que o desempenho desta função não implica, necessariamente, a transformação do processo de comunicação em uma mera transferência de informações e conhecimentos. **Ao ato de informar incorpora-se, dialeticamente, o interesse e a necessidade de o cidadão estar informado e o compromisso do divulgador, no caso o jornalista científico, de trabalhar em prol da coletividade, divulgando o que vai ao encontro do seu universo de expectativas e necessidades** (BUENO, 1985:1.424, *grifo nosso*).

Em relação a importância do cidadão se manter informado a qualquer tempo de informações de seu interesse, destacamos que o acesso à informação nos órgãos e entidades públicas, especialmente nas instituições de ensino, pesquisa e ciência é extremamente importante no exercício pleno da cidadania, legitimando o direito assegurado à sociedade de ter acesso às informações de forma passiva e ativa. Esse direito é normatizado pela *Lei de Acesso à Informação*, que regula e prevê a disponibilização da informação, e pelo Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta os procedimentos para garantia, manutenção e execução desse acesso.

A respeito do decreto, destacamos que

Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei n.º 12.527, de 2011 (BRASIL, 2011).

Em outras palavras, quando tratamos sobre a LAI estamos tratando sobre o direito fundamental de acesso à informação em todas as esferas e instâncias públicas, União, Distrito Federal, Estados e Municípios, de acordo com o art. 1 da lei n.º 12.527 (BRASIL, 2011).

Ainda na lei n.º 12.527/11, no art. 6º, inciso I, descreve que cabe aos órgãos e entidades do poder público observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação. Em vista disso, podemos inferir que as instituições públicas devem ser capazes de assegurar o acesso à informação relevante aos cidadãos, sem que necessariamente seja preciso requerer por ela, pois em muitos casos, a população não tem conhecimento que essa informação sequer existe e que se encontra disponível a consulta pública.

### **3. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: um locus**

Primeiramente, devemos apresentar o perfil institucional da Fundação Oswaldo Cruz. A Fiocruz é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Saúde, sendo a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. De acordo com o *site* da Fundação (FUNDAÇÃO..., 2026b), os conceitos de atuação são "promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir o conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania".

Vamos, a seguir, apresentar a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, campo empírico desta pesquisa, sua atuação e características da instituição. Quanto a isso, podemos destacar que

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) atua na capacitação e na formação de recursos humanos para o SUS e para o sistema de ciência e tecnologia, na produção científica e tecnológica e na prestação de serviços de referência na área da saúde pública (ESCOLA..., 2026).

A atuação da Escola no âmbito do Ensino, se dá através dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e de qualificação profissional em saúde, ou por meio do Programa de Educação à Distância, ao contribuir para a formação de quadros estratégicos para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como no meio acadêmico brasileiro.

#### 4. Projeto Memórias da ENSP: um estudo

Por meio do projeto *Memórias* da ENSP iremos demonstrar que a Escola atua como núcleo de memória institucional contribuindo com a capilaridade da *Política de Memória Institucional da Fiocruz* (FUNDAÇÃO..., 2020) que será apresentada a seguir neste trabalho. Por isso, é fundamental apresentarmos o projeto *Memórias* da ENSP.

De acordo com o *site* da instituição

É um projeto interinstitucional que conta com a parceria da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) com o objetivo de revisitar o passado, por meio da preservação, organização e divulgação da documentação científica e pedagógica dos departamentos, centros e núcleos de pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ESCOLA..., 2026).

O projeto *Memórias* da ENSP é desenvolvido na esfera da CCI, por iniciativa da Direção da Escola. O projeto utiliza a Base Arch/ENSP para reunir e divulgar, via *web*, documentos institucionais e pessoais relacionados às pesquisas desenvolvidas nos 71 anos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

O projeto *Memórias* visa a preservação do patrimônio documental arquivístico da Escola, principalmente nas áreas de ciência, ensino e tecnologia, como também busca disponibilizar à sociedade os registros documentais, preservar a história institucional e as pesquisas realizadas pelos profissionais da área da saúde pública, ciência e tecnologia.

O projeto também integra algumas ações e iniciativas de preservação, por parte da Fiocruz, que são voltadas à memória da instituição. Podemos observar, na *Política de Memória Institucional da Fiocruz*, na qual a Fundação

Se propõe a orientar as iniciativas que visem a recuperar, registrar, valorizar e difundir a **memória na instituição**, de maneira que se desenvolvam de forma integrada e alinhada aos princípios e diretrizes gerais comprometidos com a identidade institucional, que vem sendo constituída a partir das múltiplas e distintas narrativas que convergem para a unidade na diversidade de uma Fiocruz em constante transformação (FUNDAÇÃO..., 2026c:8, *grifo nosso*).

Em tempo,

Para efeito dessa política, a constituição e a formalização da memória institucional referem-se, de um lado, tanto à preservação do patrimônio e de um legado do passado de uma instituição em sua permanência, quanto, por outro lado, à criação e à atualização de uma identidade coletiva, que se move continuamente no presente e se projeta ao futuro. A memória institucional envolve assim necessariamente a seleção dos seus elementos constitutivos, cuja ação é negociada no próprio campo social a que pertence a instituição (FUNDAÇÃO..., 2026c:12).

Isto é, quando tratamos sobre memória institucional, estamos tratando sobre os arquivos permanentes, documentos imprescritíveis, que possuem valor histórico, probatório, científico, informativo, ou seja, inalienáveis. Existem documentos que muitas das vezes, já nascem permanentes, por ajudar a contar a história, a trajetória de determinado órgão e/ou instituição.

Segundo Halbwachs (1990:80-81), podemos dizer que

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

Digo, podemos compreender que a memória é uma tentativa arbitrária, artificial de preservar os fatos ocorridos no presente a fim de que exista em um futuro, um passado a ser lembrado, revisitado. Os arquivos permanentes possuem valor secundário, pois seus usos transcendem a razão na qual eles foram criados, isto é, aquilo que motivou a sua produção no decorrer de suas atividades.

#### **4. Arquivologia: breve conceituação**

Este trabalho tem como base a Arquivologia. Devido a isso, se faz necessário, abordarmos alguns conceitos pertinentes, que serão apresentados a seguir para uma maior compreensão. De acordo com o *Glossário dos documentos arquivísticos digitais*, da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (BRASIL, 2020:9), acesso é "o direito, oportunidade ou meios de encontrar, recuperar e usar a informação".

Quando pensamos em difusão dos acervos documentais, algo significativo é que no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), o conceito não se encontra. O que encontramos conceituado é o termo de disseminação da informação que é o "fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação" (BRASIL, 2005:71). Traz também o conceito de divulgação que é o "conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências" (BRASIL, 2005:72).

Ainda sobre a difusão no contexto arquivístico, Rockembach (2015:105), teoriza que

Em uma perspectiva arquivística emergente, a difusão é algo complexo que envolve uma série de fatores e áreas de estudo. Torna-se necessário uma atenção a três elementos na difusão: o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação.

Quanto a descrição arquivística, segundo Bellotto (2006), é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores, uma vez que a difusão se destina àquela cuja tarefa é explorar o que restou, após ter-se cumprido a finalidade administrativa ou jurídica do ato. Consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados. Com isso, podemos dizer que a partir do arranjo, as tarefas operacionais de um arquivo permanente são, obrigatoriamente, a descrição e a disseminação da informação.

A realidade que observamos em muitos órgãos e/ou instituições é um paradigma custodial, atrelado à ideia de patrimônio com uma abordagem historicista e bem técnica, no qual o profissional coloca a guarda dos documentos como algo prioritário em detrimento ao acesso a eles.

Segundo Ribeiro (2010:69),

No quadro do novo paradigma emergente, que apelidamos de pós-custodial, científico e informacional, e perante estas novas lógicas de mediação e este novo tipo de mediadores, qual o papel do profissional formado em CI na construção da sociedade em rede? Será que continua confinado ao domínio de umas quantas especificidades técnicas e normativas, aplicadas à organização e representação da informação, com a finalidade de proporcionar o acesso? Onde cabe o seu anterior papel de guardião da memória informacional, como fator de identidade de um povo? Onde reside sua função mediadora e a que âmbito se circunscreve?

Em outras palavras, para que haja a transformação da sociedade e do profissional da informação é fundamental que haja a conscientização da função social dos arquivos e do papel decisivo destes profissionais que fazem a mediação entre o documento, e a informação desejada com os pesquisadores, os usuários, a sociedade como um todo. A fim de garantir a atuação como responsáveis pela disponibilização e difusão dos acervos, além disso, exercer um papel mais ativo na garantia do acesso às informações e aos documentos de arquivo nesta mediação.

Já na esfera pública e no curso de sua gestão, a fim de tornar as informações contidas nos documentos disponíveis sob sua guarda, se faz necessário disponibilizar a informação tão logo seja possível. O art. 1º, da lei n.º 8.159/91 (*Lei de Arquivos*) atribui ao Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

É importante destacar a legislação que precedeu a *Lei de Acesso à Informação* e já contemplava os cidadãos assegurando a obtenção de informações relevantes para cumprimento de seus direitos.

Na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso XXXIII, observamos que

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Temos ainda no art. 216º, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que incumbe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Já o art. 6º, inciso I, da lei n.º 12.527/11 (*Lei de Acesso à Informação*), cabe aos órgãos e entidades do poder público observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação.

No seu art. 8º, observamos que

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, **a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas** (BRASIL, 2011, *grifo nosso*).

Com isto, depreendemos que as instituições públicas, órgãos e entes federativos devem ser capazes de assegurar o acesso à informação que se faz necessária e relevante aos cidadãos, sem que necessariamente seja preciso requerê-la, pois em muitos casos, a população não tem conhecimento que essa informação sequer existe, nem que foi produzida.

É um dever do Estado, mas principalmente, neste caso, dos profissionais da informação: difundir, disseminar, divulgar, disponibilizar para a comunidade científica ou não, o conhecimento produzido, os documentos e as informações pertinentes ao alcance do público em geral. As técnicas, a veiculação e os métodos de comunicação podem e irão variar conforme os usuários, mas não podem ficar circunscritos a poucos iniciados, a receptores seletos e especializados.

Ao analisar estes dispositivos legais é preciso reconhecer que a administração pública federal deve ser capaz de lidar com as questões que envolvam a disseminação da informação, a gestão documental e a preservação dos documentos arquivísticos, tanto para resguardar um patrimônio da nação, como também para assegurar o acesso às informações neles contidas.

### **5. Informação: uma contextualização necessária**

É importante também abordarmos sobre a informação no contexto da ciência, tecnologia, e principalmente da saúde, isto é, a informação científica e tecnológica em saúde.

Segundo o *Guia de vigilância epidemiológica*, em Sistemas de informação em saúde e vigilância epidemiológica:

A informação é instrumento essencial para a tomada de decisões. Nesta perspectiva, representa imprescindível ferramenta à vigilância epidemiológica, por constituir fator desencadeador do processo “**informação-decisão-ação**”, tríade que sintetiza a dinâmica de suas

atividades que, como se sabe, devem ser iniciadas a partir da informação de um indício ou suspeita de caso de alguma doença ou agravo (BRASIL, 2009:63, *grifo do autor*).

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), o conceito de **dado** é definido como “um valor quantitativo referente a um fato ou circunstância”, “o número bruto que ainda não sofreu qualquer espécie de tratamento estatístico”, ou “a matéria-prima da produção de informação”. Já a **informação** é entendida como “o conhecimento obtido a partir dos dados”, “o dado trabalhado” ou “o resultado da análise e combinação de vários dados”, o que implica em interpretação, por parte do usuário. É “uma descrição de uma situação real, associada a um referencial explicativo sistemático”.

No que tange a informação e ciência, precisamos tratar também sobre a ciência aberta, dados abertos e sobre a importância de uma instituição realizar a gestão dos seus dados de pesquisa, sobretudo, na área da saúde.

Segundo o *Glossário de Acesso Aberto* do site da Fiocruz, ciência aberta é um

Conceito amplo que abarca diversas práticas do fazer científico, desde o acesso aberto à literatura científica e aos dados abertos de pesquisa, passando pela ciência cidadã, recursos educacionais abertos, *software* e *hardware* abertos, entre outras. Faz referência a um modelo metodológico alinhado à filosofia da cultura digital, da colaboração e do compartilhamento das práticas e dos conteúdos científicos.

Quanto aos dados abertos,

São dados publicados em um formato legível por máquina e sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle, de modo a estarem livremente disponíveis para serem utilizados e redistribuídos à vontade (FUNDAÇÃO..., 2026).

Já a gestão de dados de pesquisa, de acordo com o *Glossário de Acesso Aberto* da Fiocruz, em seu site institucional, é um

Conjunto de práticas de gestão voltadas para o tratamento de dados de pesquisa durante o seu ciclo de vida; inclui todos os aspectos de manutenção, compartilhamento, segurança e preservação (FUNDAÇÃO..., 2026a).

Isto é, quando nos referimos a ciência aberta, a dados abertos, e a gestão de dados de pesquisa no âmbito de uma instituição pública, estamos buscando definir padrões, alinhar os processos de publicação dos dados na Internet, a partir de metodologias e boas práticas, visando o acesso, preconizado pela *Lei de Acesso à Informação*, bem como, a transparência pública da administração pública federal. Pois quando tratamos sobre acesso à informação também estamos tratando sobre transparência pública e exercício da cidadania, que se torna possível por meio do atendimento às demandas informacionais aos cidadãos. Além disso, a transparência pública, ativa ou passiva é uma consequência da aplicabilidade da *Lei de Acesso à Informação*.

Destacamos também que a Fiocruz desenvolveu em 2014, a sua *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento* (BRASIL, 2014), na qual garante o acesso gratuito à produção científica

da instituição que tem como propósito: “instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz” (BRASIL, 2014).

No art. 1º, parágrafo único, observamos que são objetivos da *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento* da Fiocruz:

I. Favorecer o acesso público e gratuito ao conhecimento produzido pela instituição; II. Preservar a memória institucional; III. Dar visibilidade e disseminar a produção intelectual; IV. Apoiar o planejamento e a gestão da pesquisa; V. Estabelecer diretrizes de registro e publicização da produção intelectual (BRASIL, 2014).

A relação multi, inter e transdisciplinar entre a Arquivologia, a Ciência da informação e a Tecnologia da Informação traz a possibilidade de diálogo entre estas áreas do conhecimento.

Segundo Rockembach (2015), isso exige uma mudança de paradigma, a fim de que eles respondam a novos problemas da sociedade contemporânea de forma mais eficaz. Neste sentido,

A difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem à acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do *marketing* e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (ROCKEMBACH, 2015:113).

Isto é, ao tratarmos sobre difusão em arquivos, precisamos pensar em estratégias e ações que possam englobar um plano em que a instituição busque dialogar com outras ciências, outras áreas, pois quando o assunto é informação no contexto arquivístico, existem várias possibilidades de viabilizar uma atuação por parte dos arquivos, principalmente, uma que seja mais ativa, protagonista, que esteja a frente de todo o processo e não relegado à algo secundário.

## 6. Considerações finais

Este trabalho busca apresentar a Base Arch da ENSP a fim de promover a difusão dos arquivos científicos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca com o objetivo de divulgar, disseminar as informações produzidas pela Escola, e disponibilizá-las aos pesquisadores da área da ciência, saúde e tecnologia, e aos usuários destas informações.

Além disso, colaborar com a mudança gradativa da cultura institucional, a fim de priorizar o tratamento, recuperação e a difusão das informações na área da ciência, tecnologia e

saúde produzidas pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca no decorrer de suas atividades acadêmicas, administrativas e institucionais.

Com isto, visamos a construção de um trabalho que tem por finalidade contribuir para a difusão dos acervos documentais arquivísticos nas instituições públicas e privadas, principalmente na área da ciência, saúde e tecnologia. Assim, objetiva-se, contribuir, fomentar discussões por meio de políticas e ações contínuas de disseminação, divulgação da informação e do conhecimento, a difusão propriamente dita, uma vez que a temática ainda é incipiente, vista como uma função social e secundária na área arquivística.

### Referências Bibliográficas

#### **BELLOTTTO, Heloísa Liberalli**

2006 *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

#### **BRASIL. Arquivo Nacional**

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. [Consult. 12 fev. 2026]. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/4e49287a-587e-4bcf-9734-96ae09c3b4e5/content>.

#### **BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**

2020 *Glossário: Documentos Arquivísticos Digitais*. Versão 8ª. [Em linha]. Rio de Janeiro: CONARQ, 2020. [Consult. 17 dez. 2025]. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde\\_2020\\_08\\_07.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf).

#### **BRASIL. Constituição, 1988**

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Em linha]. Brasília: Senado Federal, 1988. [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

#### **BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2014 *Portaria da Presidência n.º 329/2014-PR retificada por 382/2014-PR*. Institui a *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento*, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. [Em linha]. Rio de Janeiro, 31 março de 2014. [Consult. 10 dez. 2025]. Disponível em: <https://relatorioatividades.icict.fiocruz.br/anexo-3-portaria-da-fiocruz-no-3292014-pr-retificada-por-3822014-pr-de-31-de-mar%C3%A7o-de-2014-que.html>.

#### **BRASIL, Leis, decretos, etc.**

2012 *Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012*. Regulamenta a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. *Diário Oficial*. [Em linha]. (maio 2012). [Consult. 16 jan. 2026]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm).

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2011 *Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial*. [Em linha]. (18 dez. 2011) 455. [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm).

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991 *Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial*. [Em linha]. (9 jan. 1991) 455. [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm).

**BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde**

2009 *Guia de vigilância epidemiológica*. 7ª ed. [Em linha]. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. [Consult. 19 jan. 2026]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_epidemiologica\\_7ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf).

**BUENO, Wilson da Costa**

1985 *Jornalismo científico: conceito e funções*. *Ciência e Cultura*. [Em linha]. 37:9 (1985) 1.420-1.427. [Consult. 18 dez. 2025]. Disponível em: <https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%ADfico-conceito-efun%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

**ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA**

2025 *Apresentação*. [Em linha]. 2025. [Consult. 14 dez. 2025]. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/atualidades/1>.

**ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA**

2025 *ENSP no Campus*. [Em linha]. 2025. [Consult. 31 dez. 2025]. Disponível em: <https://ensp.fiocruz.br/apresentacao/ensp-no-campus>.

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

2026a *Acesso aberto: glossário*. [Em linha]. 2026. [Consult. 10 fev. 2026]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/glossario-da-ciencia-aberta>.

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

2026b *A Fundação*. [Em linha]. 2026. [Consult. 12 fev. 2026]. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/fundacao>.

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

2026c *Política de Memória Institucional da Fiocruz*. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41592/2/politicadememoria\\_fiocruz.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41592/2/politicadememoria_fiocruz.pdf). Acesso: 11 fev. 2026.

**GARCIA, Ana Carolina dos**

2021 *A Base Arch como ferramenta de descrição arquivística, acesso e difusão da informação no Projeto Memórias da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2021. [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47483>.

Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.

**HALBWACKS, Maurice**

1990 A Memória coletiva. Trad. Laurent Léon Schaffter. *Vértice: Revista dos Tribunais* (1990) 80-81.

**RIBEIRO, Fernanda**

2010 Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 20:1 (jan./abr. 2010) 63-70. [Consult. 9 dez. 2025]. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/4440/3420>.

**ROCKEMBACH, Moisés**

2015 Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação arquivística*. [Em linha]. 4:1 (jan./jun. 2015) 98-118. [Consult. 15 abr. 2025]. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257217/000977660.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Ana Carolina dos Santos Garcia | [carolgarcia88@gmail.com](mailto:carolgarcia88@gmail.com)

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Jeorgina Gentil Rodrigues | [jeorgina@icict.fiocruz.br](mailto:jeorgina@icict.fiocruz.br)

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil